

Devem-se desonerar combustíveis fósseis?¹

Tiago Cavalcanti²

As tecnologias renováveis têm mudado a produção e o uso global de energia. Por exemplo, avanços para o uso do hidrogênio como combustível, facilmente transportável na forma líquida, têm potencial de modificar o comércio internacional de energia, com efeitos não só econômicos e ambientais, mas também geopolíticos.

Crises energéticas, como acontecem agora na Europa, poderiam ser mitigadas se as fontes e formas alternativas de energia pudessem ser mais facilmente transportadas de lugares onde há relativa abundância para outros onde há escassez.

Vinte anos atrás, a fração do mercado de energia global oriunda de tecnologias solares e eólicas era virtualmente nula. De acordo com a International Renewable Energy Agency, atualmente mais de 10% da energia produzida globalmente já vem dessas duas novas fontes.

A tendência é de uma rápida transição para energias com baixa emissão de gases de efeito estufa. Em artigo recente (“Clean Growth”), Costas Arkolakis, da Universidade de Yale e Conor Walsh, da Universidade de Columbia, mostram que o custo por kWh de novos projetos de energia solar e eólica nos países avançados caiu em quase 6 vezes na última década e tais projetos têm atualmente custos menores do que a grande maioria dos novos projetos de energia não-renováveis.

Ou seja, além do aspecto ambiental, também do ponto de vista contábil e financeiro os novos projetos de energias renováveis são mais vantajosos do que os de energias não-renováveis. Nesse contexto, o Departamento de Energia dos Estados Unidos praticamente não aprova mais novos projetos de energia não renováveis.

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/devem-se-desonerar-combustiveis-fosseis.ghtml>. Acesso em: 01 de mar. de 2023.

² Professor Titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.

As simulações dos autores acima mencionados mostram que, mesmo com o “business as usual” e sem um forte subsídio dos governos, a fração de energias renováveis chegará a mais de 80% da eletricidade produzida no mundo até 2040.

As energias não-renováveis servirão sobretudo para prover estabilidade de fornecimento ao sistema de geração de eletricidade do que servir como fonte principal de energia. Ocorre que as energias renováveis são essencialmente intermitentes e ainda não foram desenvolvidas tecnologias de estocagem para solucionar econômica e operacionalmente o limite colocado pela intermitência da geração elétrica.

Com subsídios, como no caso dos EUA com o Inflation Reduction Act do presidente Biden de agosto de 2022, que estabeleceu crédito tributário de US\$ 26 por mWh para a produção de energia renovável, a transição será ainda mais rápida e ampla.

Em artigo que escrevi com Zeina Hasna, economista do Fundo Monetário Internacional, e César Santos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (“Climate Change Mitigation Policies: Aggregate and Distributional Effects”), calculamos os efeitos econômicos de políticas de mitigação das mudanças climáticas, a partir de um modelo quantitativo com vários setores produtivos, ligados por uma estrutura de produção bem detalhada e onde a energia é essencial para a produção de bens e serviços.

Mostramos que para os Estados Unidos alcançarem a redução estipulada no Acordo de Paris, que tem como objetivo manter a temperatura em até 2 graus acima dos valores pré-industriais, seria preciso um imposto sobre a energia fóssil, que reduziria, no pior cenário, o PIB americano em 0,6%. Em alguns casos, nossas simulações geraram efeitos positivos no PIB, dependendo de como a receita da tributação dos combustíveis fósseis fosse reinvestida na economia.

Setorialmente, os efeitos são heterogêneos em setores fortemente dependentes de energia, ficando afetados de forma mais negativa. No entanto, há formas de compensar atividades e trabalhadores impactados negativamente por uma transição acelerada no uso de energias não renováveis para outras que emitem menos ou nenhum gás de efeito estufa.

No caso do Brasil, nossos cálculos geram custos agregados ainda menores que nos Estados Unidos, dado que nossa matriz energética é mais limpa que a americana. No caso da China, que tem uma matriz energética com muito maior participação relativa de uso de energia não-renovável e é mais especializada na produção de bens intensivos no uso de energia, os custos agregados são mais significativos, acima de 2% do PIB.

O Brasil decide neste exato momento a volta dos impostos sobre combustíveis. A discussão sobre o fim da desoneração, promovida no ano passado de forma populista e puramente eleitoreira pelo governo Bolsonaro, é, na maioria das vezes, focada nos efeitos de curto prazo desses tributos sobre a inflação, o consumo e a necessidade de arrecadação fiscal do governo federal.

No entanto, as decisões do poder público devem conferir centralidade também à questão ligada à externalidade negativa sobre o clima, causada pela emissão de gases de efeito estufa. Assim, a volta da tributação sobre os combustíveis é sobremaneira acertada, tanto do ponto de vista da estabilidade fiscal de curto prazo, como igualmente ambiental, de curto, médio e longo prazos.

Segundo dados do Departamento de Energia americano, em um conjunto de 42 países, o Brasil tem uma das menores tributações sobre os combustíveis fósseis, ficando atrás apenas da Rússia e da Indonésia. O litro da gasolina no país está também entre os menores no mundo.

A tributação mais elevada de combustíveis fósseis tende a incentivar a transição para uma economia de baixa emissão de carbono. Além de poder estimular os investidores privados, nacionais e internacionais, com o objetivo de explorar nosso capital natural e alto potencial de geração de energias renováveis.